



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681557 - SP (2021/0228008-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : SAMUEL RANGEL DE MIRANDA E OUTROS
ADVOGADOS : SAMUEL RANGEL DE MIRANDA - PR050648
LUCENA CAVALARI CARVALHO - PR106158
RODRIGO RANGEL DE MIRANDA - PR080235
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : GISLAINE DE FATIMA RODRIGUES (PRESO)
CORRÉU : FERNANDO DOS SANTOS BARBOSA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GISLAINE DE FATIMA RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (HC n. 5013169-12.2021.4.03.0000).

A paciente foi presa em flagrante por suposta prática do delito descrito no art. 33, *caput*, c/c art. 40, I, ambos da Lei n. 11.343/2006, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva (fls. 83-86).

Formulado pedido de revogação da custódia cautelar, foi indeferido (fls. 107-110).

Os impetrantes sustentam a carência de motivação idônea para a decretação e manutenção da segregação cautelar da paciente, ao argumento de que estariam ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, salientando que a paciente é primária, possui bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, bem como condições pessoais favoráveis.

Alegam que a mera menção à quantidade da substância entorpecente apreendida, por si só, não seria fundamento idôneo para manter a paciente custodiada.

Destacam o atual cenário de pandemia da covid-19, o que, à luz da Recomendação CNJ n. 62/2020, corroboraria a necessidade de reavaliação da constrição cautelar da paciente.

Afirmam a possibilidade e a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva da paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, observa-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão cautelar da paciente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a demonstrar a necessidade da custódia preventiva para garantia da ordem pública, para a conveniência da instrução criminal e para a garantia da aplicação da lei penal.

A propósito, confira-se o que consignou a Corte estadual (e-STJ fls. 139-146):

DA DECISÃO IMPETRADA

Extrai-se dos autos que a paciente GISLAINE DE FÁTIMA RODRIGUES foi presa em flagrante delito, no dia 06.05.2021, no Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP, ao tentar embarcar em voo QR774, com destino a Doha/Catar, com conexão em Male/Maldivas, levando escondido, na estrutura de sua mala despachada, 2.745 (duas mil, setecentos e quarenta e cinco gramas) de substância entorpecente identificada pelo Laudo Preliminar de Perícia Criminal nº 1306/2021 – NUCRIM/SETEC/SR/PF/SP, como “cocaína”, enquadrando-se, em tese, nas sanções previstas no artigo 33, c. c. o caput, artigo 40, inciso I, ambos da Lei n.º 11.343, de 23.08.2006.

(...)

Como se observa, a custódia cautelar revelou-se necessária com base em dados concretos coletados, não se tratando de meras ilações acerca da gravidade abstrata dos fatos.

(...)

A prova da materialidade delitiva vem estampada no Auto de Prisão em Flagrante, no Auto de Apresentação e Apreensão e no Laudo Preliminar de Perícia Criminal nº 1306/2021 – NUCRIM/SETEC/SR/PF/SP (ID161623964), que descrevem a existência de 2.745 (duas mil, setecentos e quarenta e cinco gramas) de massa líquida, de substância identificada como cocaína, a qual se encontrava acondicionada dentro da sua mala de viagem.

Há indícios suficientes de autoria revelados pela própria situação de flagrância em que a acusada foi surpreendida com a substância entorpecente oculta na bagagem que transportava.

Soma-se a isso, o , ou seja, a logística de viagem, conforme *modus operandi* declarado em seu interrogatório, em sede policial ((ID161623964-págs. 9/10):

(...)

Com efeito, há indícios de que se tenha praticado um **delito transnacional de considerável reprovabilidade, sendo que a natureza e a quantidade da substância transportada, bem como as circunstâncias do fato, revelam dano concreto ao meio social.**

Nessa perspectiva, a conversão da prisão em flagrante em preventiva faz-se necessária para garantia da ordem pública, haja vista que o delito que ensejou a prisão em flagrante é dotado de **altíssima carga de periculosidade social, mormente se comercializada a droga apreendida 2.745 g (duas mil, setecentos e quarenta e cinco gramas) de “cocaína”.**

(...)

Nesse prisma, o ou seja, a logística de viagem e a natureza modus operandi, da droga, indicam, em análise perfunctória, participação em organização criminosa voltada para o tráfico internacional de entorpecentes.

(...)

Nesse contexto, constata-se ainda necessidade da manutenção da prisão preventiva ante o perigo concreto gerado pelo estado de liberdade da acusada, eis que levando em conta a natureza da droga (cocaína); a quantidade de entorpecente apreendido; o empregado para a prática do delito, a facilidade de que modus operandi dispõe para viajar, indicam indícios de vínculo da paciente com membros de organização criminosa voltada ao tráfico internacional de drogas.

A PREVENTIVA POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Por esse ângulo, a prisão fundamenta-se como forma de evitar o risco de fugado acusado.

A paciente apresentou uma única certidão de antecedentes criminais da justiça estadual de Curitiba. Por ocasião da prisão em flagrante, declarou como sendo seu endereço atual, Rua José de Alencar, Bairro Cristo Rei, Curitiba/PR (ID161623964), porém, em seu interrogatório afirmou que morava em Mandirituba/PR. Em que pese ter afirmado que possui ocupação lícita na agricultura familiar, declarou em sede policial que precisava de dinheiro. Some-se a isso que a paciente foi presa em flagrante no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, prestes a deixar o Brasil, o que fragiliza o vínculo com o distrito da culpa.

Há, pois, risco concreto de fuga ou ocultação caso seja colocada em liberdade, justificando-se a manutenção da prisão preventiva também para assegurar futura aplicação da lei penal e à instrução processual.

(...)

Adentrando ao caso concreto, não há notícias de que a paciente seja idosa, única responsável por criança até doze anos ou por pessoa com deficiência, tampouco possua qualquer deficiência que a enquadre no denominado grupo de risco.

Outrossim, não foram acostados aos autos quaisquer documentos e/ou laudos médicos que informassem eventual moléstia grave por parte da paciente. A defesa também não fez prova de que o mencionado estabelecimento prisional está com ocupação superior à capacidade máxima, tampouco demonstrara a inexistência de assistência médica no ergástulo ou, então, que exista qualquer notícia de contágio ou comprovada disseminação do denominado COVID-19.

(...)

*Saliente-se que o delito foi cometido durante
reconhecido estado de calamidade pública, conforme
Decreto Estadual nº 64.879, de 20.03.2020 (grifou-se)*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência